

A história da psicanálise de crianças no Brasil

Jorge Luís Ferreira Abrão
São Paulo: Escuta, 2001

Os caminhos da clínica psicanalítica de crianças no Brasil

Carmen Lucia Montechi Valladares de Oliveira

Traçar a evolução histórica da psicanálise de crianças no Brasil, recuperando a diversidade das formas de atuação, é o que nos propõe Jorge Luís Ferreira Abrão com este livro, fruto da sua dissertação de mestrado junto ao Programa de Pós-graduação em Psicologia e Sociedade da FCL-UNESP de Assis. A pesquisa é centrada no levantamento bibliográfico das primeiras publicações sobre o tema, e completada por nove depoimentos de psicanalistas, membros das Sociedades do Rio de Janeiro e de São Paulo afiliadas à *International Psychoanalytical Association* (IPA), que contribuíram para a delimitação dessa especialidade no país. Ela é, no entanto, precedida de uma sistematização do significado do conceito de infância ao longo da História da civilização ocidental, e toma como referência principal o trabalho do francês Philippe Ariès sobre a criança e a família no Antigo regime.

Assim, se as origens do sentimento da infância que persiste hoje datam dos séculos XV e XVII (p. 29), já o advento de uma nova ordem subjetiva fundada na individualidade se delinea a partir da Revolução Francesa. Ariès salienta, no entanto, que o lugar que a criança ocupa

a família se modificou de forma considerável no século XIX, com o culto da paternidade. Para ele, a valorização da concepção da subjetividade humana propicia o surgimento da pediatria e da psicanálise infantil, quando a criança passa a possuir uma singularidade. O século XX privilegiou a infância ao mesmo tempo do ponto de vista científico e social. São, portanto, as transformações ocorridas na organização social e na concepção da subjetividade humana ao longo do século XIX que permitem a penetração do saber psicológico principalmente no que diz respeito à educação da criança (p. 30).

Feito esse primeiro recorte, Jorge Abrão passa a traçar a evolução dessa especialidade no quadro da própria evolução da teoria psicanalítica. Salienta que desde os primórdios a psicanálise, ao inscrever o universo infantil no do adulto, introduz conhecimento sobre a criança. Presente já nas primeiras reflexões de Freud sobre teoria da sedução sexual na infância, em “Estudos sobre a histeria” que, como sabemos, foi rapidamente abandonada em benefício da idéia de minisciência, inspirada por sua vez no conceito de realidade psíquica, a problemática da sexualidade infantil ganha evidência com a publicação de “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, em 1905. Obra que provocou escândalos nos meios científicos e intelectuais europeus da época, valendo ao seu autor críticas violentas e, à sua teoria, o termo pejorativo de pansexualista. Freud, no entanto, revoluciona o saber sobre a psicopatologia da criança tornando possível ensinar a psicopatologia em geral, à medida que propõe uma reavaliação do tempo da infância que rompe com os conceitos em voga de degenerescência hereditária.

Perseguindo o quadro evolutivo da construção dessa especialidade, Abrão estabelece como marco inicial a cura do “pequeno Hans”, publicada em 1909 sob o título “Análise de uma fobia em um menino de cinco anos”. Mas salienta que, com esse texto, o objetivo de Freud não era de formular bases para essa modalidade de tratamento, mas de confirmar suas hipóteses sobre a sexualidade infantil. (p. 35). Com efeito, Freud via nessa época a análise de crianças como na experiência pedagógica. O que se confirma pelos laços estreitos que a psicanálise estabeleceu desde cedo com a pedagogia, e em particular por intermédio do pastor Pfister, autor do termo pedanalise e um dos primeiros a atacar a psicanálise de crianças na Suíça.

Para Jorge Abrão, os primeiros passos em direção à consolidação da psicanálise de crianças são dados somente em 1921, com a publicação do artigo de Hug-Hellmuth, “A técnica da análise de criança”. Mas é finalmente nos trabalhos de Melanie Klein e Anna Freud e na elucidação do confronto entre essas duas concepções que ele vai se basear para traçar aquilo que chama de “as principais linhas do desenvolvimento da psicanálise de crianças”.

Para ele, são essas correntes que influenciaram e continuam influenciando essa modalidade de tratamento no Brasil. Cabe assinalar aqui que as filiações traçadas pelo autor tomam em consideração apenas a corrente teórica e clínica dominante entre os analistas formados pela IPA, a escola kleiniana seguida da bioniana. Em nenhum momento, Jorge Abrão menciona a influência de Bruno Bettelheim, por exemplo, ou ainda as marcas deixadas nos analistas brasileiros pelos ensinamentos de Françoise Dolto e Maud Mannoni, as duas últimas próximas de Jacques Lacan.

Após ter estabelecido a filiação preponderante do movimento ipeísta brasileiro, Abrão alinha alguns dos registros marcantes da evolução do movimento psicanalítico em São Paulo e no Rio de Janeiro, inspirado fundamentalmente nos trabalhos de Marialzira Perestrello¹ e Elisabete Mokrejs.² Salienta com justeza que apesar das modalidades diferentes de implantação desse saber em cada região, a psicanálise de crianças surge nessas duas cidades como indicação acerca da educação, com caráter preventivo, profilático.

Ainda que Jorge Abrão não mencione, vale lembrar que se a via pedagógica foi a primeira estratégia adotada pelos fundadores desse movimento, visando implantar a psicanálise no país, ela não se deu por acaso e seus desdobramentos posteriores não foram tão lineares como nos informa a historiografia oficial. Ora, para se compreender a aproximação entre essas duas disciplinas deve-se tomar em conta também o contexto social, cultural e político da sociedade brasileira da década de 1920.³

“A história de uma especialidade” que constitui a segunda parte do livro obedece à mesma periodização proposta por Marialzira Perestrello, que estabelece

1. Ver entre outros, M. Perestrello. *Encontros: psicanálise &...* Rio de Janeiro: Imago, 1992.
2. E. Mokrejs. *A psicanálise no Brasil: as origens do movimento psicanalítico*. Petrópolis: Vozes, 1993.
3. Entre outros seria interessante destacar que durante essa época o problema da educação nacional ocupa um lugar privilegiado entre as prioridades da administração republicana mobilizando a atenção dos mais importantes intelectuais do país, que consideram a “ignorância do povo brasileiro” uma das mais graves “doenças sociais” e uma das causas do “atraso” dessa sociedade em relação ao mundo civilizado. Lembremos ainda que é próximo do grupo progressista que funda a Associação Brasileira de Educação (ABE) em 1924, e lança o *Manifesto dos pioneiros da educação nova*, em 1932, que encontramos alguns dos adeptos de primeira hora da causa freudiana. Alguns vão mesmo participar da fundação da Sociedade Brasileira de Psicanálise (SBP) em 1927, ocupando inclusive postos de direção, como Raul Briquet (vice-presidente) e Lourenço Filho (tesoureiro), ou ainda Renato Jardim que foi membro da Comissão de redação da Revista Brasileira de Psicanálise, publicada em 1928, para romper em seguida e publicar no começo dos anos 1930 seu livro *Psicanálise e educação*.

um recorte entre precursores, pioneiros e a implantação propriamente dita, inscrita por sua vez nos quadros das Sociedades de psicanálise reconhecidas pela IPA.

No que diz respeito à primeira fase, Abrão se baseia na pesquisa de Elisabete Mokrejs para traçar o perfil dos precursores desse movimento durante os anos 1920 e 1930. Assim, enquanto Deodato de Moraes lança o debate no meio pedagógico com o apoio de Porto-Carrero, sem dúvida o mais fervoroso dos adeptos do freudismo e um dos primeiros a se nomear psicanalista no Brasil, Arthur Ramos, discípulo de Nina Rodrigues, introduz a temática freudiana no debate antropológico, mas também pedagógico, onde cita, entre outros, Anna Freud, M. Klein, S. Morgenstein. Em seguida, no campo da medicina, ele destaca a atuação do pediatra baiano Hosannah de Oliveira que introduz elementos da psicanálise na sua clínica, veiculados em artigos científicos, onde os autores mais citados são A. Freud, Adler, Jung, Klein e Ferenczi. Uma intervenção que poderia ter conferido a Hosannah o lugar de fundador da prática psicanalítica de crianças, não fosse, sustenta nosso autor, a constatação de que ela não provocou “uma ruptura capaz de promover modificações na prática da assistência à criança” (p. 108). Na pediatria, merece destaque ainda o paulista Pedro de Alcântara. Personalidade consagrada no meio médico paulista, ele é autor de um único texto sobre a problemática freudiana na clínica de crianças, intitulado “Objecções da psicanálise ao uso da chupeta”. Apresentado no principal fórum médico de São Paulo, a Associação Paulista de Medicina (APM), em 1936, esse trabalho nos informa sobre a diversidade das leituras e interpretações da prática freudiana que circulavam em São Paulo nessa época, e também como o freudismo, contrariamente à versão oficial, não foi vítima de tão terríveis resistências da parte dos médicos paulistas. Para completar sua galeria de perfis, Abrão cita ainda alguns dos trabalhos de Gastão Pereira da Silva escritos ao longo dos anos 1930, procurando destacar a preocupação dos “pioneiros” para com a popularização dos conceitos freudianos.

Com esses seis perfis reveladores das diversas contribuições teóricas sobre a clínica de criança, deixadas por alguns dos primeiros comentadores do freudismo no Brasil, o leitor pode igualmente ter uma idéia de algumas das principais vias de difusão da psicanálise, na medida em que eles revelam também o alcance dessa temática no meio médico e pedagógico.

Uma vez delineado o papel desses precursores na introdução da psicanálise no meio científico, Abrão se dedica ao que considera “o nascimento da prática psicanalítica de crianças”. Nessa segunda fase, toma como referência as duas primeiras experiências clínicas de criança desenvolvidas no quadro do projeto de Higiene Mental Escolar. A primeira se desenrola no Rio de Janeiro, na Seção de Psicofrenia e sob a responsabilidade de Arthur Ramos. Enquanto que a segunda

ocorre em São Paulo, na Seção de Higiene Mental Escolar e sob a direção de Durval Marcondes.

Nesses dois espaços, salienta Abrão, a psicanálise é concebida como disciplina auxiliar na resolução de problemas que interferem no processo educacional. Ainda que sua pesquisa careça de um trabalho de exploração dos arquivos dessas instituições que possa melhor explicitar o alcance dessas experiências, ele considera que elas são fundadoras desse movimento porque introduzem uma distinção inovadora entre crianças com déficit intelectual e crianças com problemas emocionais.

Convém lembrar que mesmo sendo inovadora, essa concepção, que visa tanto a “prevenção” quanto a “correção” dos “desvios de comportamento”, se caracteriza por princípios de “adaptação” da “criança problema” ao meio social e à família, e se inscreve na continuidade do projeto de higienista da época, enquanto expressão da ideologia totalitária de Vargas cujo objetivo é a formação de uma juventude sã, instruída e patriótica. Iniciada no começo dos anos 1930 e estruturada ao longo do Estado Novo (1937-1945) no quadro da Reforma do Sistema de assistência médico-pedagógica, pressupõe uma intervenção direta do Estado no que se refere, de um lado, à organização do mundo do trabalho e da sociedade e, de outro lado, à esfera privada da família por meio de medidas de proteção à maternidade, à infância e à adolescência. Em contrapartida, como bem assinala Abrão, as diferentes propostas de Clínica de Orientação Infantil (COI) introduzidas nesse período não supunham uma abordagem terapêutica, mas uma intervenção no meio familiar escolar, prevalecendo tanto o viés cognitivo quanto o emocional. É o desdobramento dessas experiências que vai propiciar a superação do atendimento à criança calcado no diagnóstico e na orientação preventiva, e tornar possível o surgimento da psicoterapia analítica de crianças (p. 154).

Dito de outra forma, o aparecimento de uma nova orientação clínica, provocando uma ruptura na forma como até então vinha evoluindo a prática psicanalítica inaugura a terceira etapa da história desse movimento a partir dos anos 1950. Em São Paulo, ela ganha forma com a criação do Curso de Especialização em Psicologia Clínica da USP, em 1954, quando a Clínica de Orientação Infantil passa a oferecer estágios aos alunos desse curso. Segundo Abrão, além da promoção de psicoterapia psicanalítica com crianças na esfera institucional, seus efeitos tiveram pelo menos duas conseqüências: o fortalecimento da formação ipeísta e a expansão dessa prática institucional para consultório particular (p. 148).

Já no Rio de Janeiro, ele destaca duas experiências de Clínicas de Orientação Infantil desenvolvidas nos anos 1950, que introduzem o processo psicoterápico de base psicanalítica, ainda que profundamente marcadas por personalidades da psiquiatria infantil brasileira próximos da corrente psicodinâmica, como Osvald

Loretto e Hain Grünspun.⁴ Assim a primeira, desenvolvida no Departamento Nacional de Saúde Mental (DINSAM) e próxima do modelo de assistência à criança oferecido pelas clínicas norte-americanas, ficou a cargo da médica, psiquiatra e autora psicanalista Maria Manhães, a quem Jorge Abrão dedica um longo e interessante perfil, elaborado por intermédio de documentos e testemunhos (150-8). Já a segunda, é o trabalho do Instituto de Psiquiatria da então Universidade do Brasil, fundado em 1953 por Maurício de Medeiros, do qual participam, entre outros a psicanalista Marialzira Perestrello, recém-chegada da Argentina, a quem coube a orientação psicológica da Clínica e, a partir de 1959, posto de Diretora da instituição.

Essa terceira etapa funciona como uma transição para a quarta última fase da história da psicanálise de crianças de Jorge Abrão, que se efetiva com a sua legitimação no âmbito das instituições ipeístas carioca e paulista e nova mudança de orientação clínica. Ele lembra porém que se a prática psicanalítica ditada pela IPA tem início em 1939; após a chegada de Adelheid Koch, a primeira analista autorizada por Ernest Jones a formar psicanalistas em São Paulo, a psicanálise de crianças propriamente dita só “apresenta seus primeiros lampejos a partir de meados da década de 1960, vindo a consolidar-se somente no final dos anos 1970” (p. 169). Como aconteceu com a formação de psicanalistas de adultos, esse processo começa com uma formação feita no exterior, sobretudo em Londres, onde os psicanalistas fazem supervisões, cursos e estágios em clínicas, principalmente na famosa *Tavistock Clinic*. Entre os pioneiros se destacam Décio de Souza, Thomaz Lyra, Marialzira Perestrello e Maria Manhães no Rio de Janeiro e, Lygia Amaral de São Paulo. A influência do kleinismo é marcante nessa primeira geração, mas não decisiva. Até meados dos anos 1960, lembra o autor, a formação dos analistas de crianças foi de caráter informal, juntamente com a disseminação dessa prática e o aumento da demanda de formação que os dirigentes das Sociedades brasileiras aceitam oferecer num primeiro momento um curso de especialização em psicanálise de crianças, e mais tarde a formação específica. Através de depoimentos, o autor nos conta o sinuoso, lento e volêmico caminho percorrido para a institucionalização dessa formação, iniciado com a vinda da analista argentina Arminda Aberastury em 1964, seguida de um

No Rio de Janeiro a proposta do COI, criada por Arthur Ramos em meados da década de 1930, foi esvaziada com o afastamento dele em 1939. Deve-se acrescentar também que a partir da década de 1940, Arthur Ramos adota uma abordagem mais crítica da psicanálise, influenciado pelas leituras e comentários de Roger Bastide, então professor da Universidade de São Paulo que, em 1941, publica seu primeiro artigo sobre o tema, intitulado “Psicanálise do café”.

trabalho mais regular desenvolvido entre 1970 e 1971, desta vez em parceria com Eduardo Kalina, também um analista argentino, e tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo. A primeira instituição ipeísta a conferir o “título” de “psicanalistas de crianças” foi a Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (SBPRJ) em 1975. Ao passo que em São Paulo, o reconhecimento oficial da especialidade ocorre apenas em 1988, precedido da formação dada pelos membros da Associação Psicanalítica Uruguaia, Luiz Prego e Silva e Vida Prego, entre 1976 e 1980 e continuado por Virgínia Bicudo, Lygia Amaral e Frank Philips.

Para Abrão, esse processo que culminou na oficialização e regulamentação dos cursos de análise infantil nas Sociedades ipeístas foi determinante para a passagem do modelo psicoterapêutico de atendimento ao modelo psicanalítico, propriamente dito, mas também para a introdução da teoria e da técnica kleiniana junto aos psicanalistas do país, seguida da bioniana.

Antes de concluir, ele contempla o leitor com um levantamento exaustivo dos principais eventos e publicações sobre a clínica psicanalítica de crianças regida pela IPA e publicados na Revista Brasileira de Psicanálise. Com isso, ele pretende mostrar a evolução recente da produção teórica dessa instituição, situando, entre outros, as primeiras publicações sobre o tratamento do autismo feitas por Izelinda Garcia de Barros da SBPSP a partir de 1975, na qual chama a atenção para os laços dessa autora com a psicanalista londrina Francis Tustin.

Terminada essa viagem pode-se concluir que o livro de Jorge Abrão merece ser saudado como uma primeira sistematização desses 80 anos da história da psicanálise de crianças nas duas cidades pioneiras do movimento psicanalítico brasileiro. O autor pontua com bastante rigor os principais eventos que marcaram o percurso dos analistas ipeístas no país, sugerindo recortes, interpretações e hipóteses de investigação, além de fazer emergir novos personagens de expressão local, pouco conhecidos inclusive no próprio meio psicanalítico.

Apesar de se ressentir de um trabalho de exploração de arquivos que possa ser confrontado aos depoimentos e outras fontes primárias e secundárias essenciais para o trabalho historiográfico, e ainda que sua análise esteja inscrita numa concepção positivista e sustentada no modelo evolutivo, seu trabalho não deixa de apresentar rigor metodológico e clareza na exposição das idéias. Ele vai mesmo mais longe, incitando-nos a pensar a problemática da infância em nosso país, o lugar que ocupa na família brasileira. Torna-se, com isso, uma referência não apenas para novas pesquisas historiográficas sobre o tema, mas também para novas abordagens, entre outras, sobre a especificidade dessa prática, e em particular sobre a sua extensão para outros campos do saber. Além, é claro, de lançar bases para a construção da memória dos clínicos brasileiros, sobretudo num momento em que estes se encontram às voltas com a problemática questão da legalização da profissão de psicanalista.